

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas**

Em 31 de dezembro de 2025

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas dos resultados

Demonstrações individuais e consolidadas dos resultados abrangentes

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Sul Concessões e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Sul Concessões e Participações S.A. (“Companhia”)**, identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da **Sul Concessões S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Sul Concessões e Participações S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 31 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'ferdos'.

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0 - S - SP

Sul Concessões e Participações S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.425	36.018	15.066	37.555
Contas a receber de clientes	6	-	-	14.216	8.571
Adiantamento a fornecedores		-	-	1.154	446
Estoques		-	-	1.112	737
Tributos a recuperar		1.192	307	1.462	484
Outros ativos		-	1	1.266	213
		10.617	36.326	34.276	48.006
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	7.543	78	7.564	95
Partes relacionadas	12	1.151	971	671	671
Dividendos a receber	7	3.740	-	-	-
Outros ativos		-	-	6	6
		12.434	1.049	8.241	772
Investimentos	7	174.420	145.854	-	-
Ativos de direito de uso	8 (a)	-	-	596	1.282
Ativo de contrato	9	-	-	27.345	42.792
Imobilizado	10	-	-	1.052	882
Intangível	11	-	-	149.648	109.868
		174.420	145.854	178.641	154.824
Total do ativo		197.471	183.229	221.158	203.602

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Sul Concessões e Participações S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	13	-	3	2.106	3.285
Debêntures	14	21.309	-	21.309	-
Arrendamento mercantil	8 (b)	-	-	387	683
Salários e encargos sociais	15	-	-	1.845	1.656
Tributos a recolher	16	8	18	3.333	3.898
Outros passivos		-	1	2.708	1.732
		21.317	22	31.688	11.254
Não circulante					
Debêntures	14	105.606	111.139	105.606	111.139
Arrendamento mercantil	8 (b)	-	-	65	490
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	24.293	24.293	24.293	24.293
Tributos a recolher	16	-	-	3.022	3.967
Provisão para contingências	18	-	-	74	74
Dividendos a pagar		-	-	-	-
Partes relacionadas	12	243	243	243	243
		130.142	135.675	133.303	140.206
Patrimônio líquido					
Capital social	19 (a)	7.001	7.001	7.001	7.001
Reservas de lucros	19 (b) e (c)	39.011	40.531	49.166	45.141
		46.012	47.532	56.167	52.142
Total do passivo e patrimônio líquido		197.471	183.229	221.158	203.602

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Sul Concessões e Participações S.A.

Demonstrações de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Operações continuadas					
Receita líquida de serviços	20	-	-	39.364	32.115
Receita de construção		-	-	23.198	22.134
Custo dos serviços prestados	21	-	-	(13.500)	(12.626)
Custo de construção		-	-	(23.198)	(22.134)
Lucro bruto		-	-	25.864	19.489
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(666)	(815)	(9.459)	(9.801)
Provisão (reversão) para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	22	-	-	620	(819)
Resultado de equivalência patrimonial	7	12.182	3.585	-	-
Outras despesas (receitas), líquidas		(160)	-	(151)	188
Resultado operacional antes do resultado financeiro		11.356	2.770	16.874	9.057
Resultado financeiro					
Resultado financeiro, líquido	23	(12.876)	(13.282)	(8.624)	(12.295)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.520)	(10.512)	8.250	(3.238)
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	-	-	(4.025)	(1.972)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	-	-	(199)	(1.741)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(1.520)	(10.512)	4.026	(6.951)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Sul Concessões e Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.520)	(10.512)	4.026	(6.951)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(1.520)	(10.512)	4.026	(6.951)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Sul Concessões e Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas da controladora				
	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Retenções de lucros		
Em 1º de janeiro de 2024	7.001	1.400	49.643	-	58.044
Prejuízo do exercício				(10.512)	(10.512)
Absorção de prejuízo			(10.512)	10.512	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.001	1.400	39.131	-	47.532
Lucro líquido do exercício				(1.520)	(1.520)
Constituição de reservas			(1.520)	1.520	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.001	1.400	37.611	-	46.012

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Sul Concessões e Participações S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.520)	(10.512)	8.250	(3.238)
Ajustes:				
Depreciação	-	-	167	122
Amortização do intangível	-	-	1.721	1.471
Amortização Mais-Valia	-	-	3.565	3.536
Amortização de ativo de direito de uso	-	-	692	1.008
Amortização de custo de transação	126	656	126	656
Resultado de equivalência patrimonial	(12.182)	(3.585)	-	-
Provisão (reversão) para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	-	-	(620)	819
Encargos financeiros de debêntures	16.270	14.366	10.718	10.866
Baixas de ativos de direito de uso e arrendamento	-	-	4	-
Encargos financeiros de arrendamento mercantil	-	-	121	124
	2.694	925	24.744	15.364
Variações nos ativos e passivos:				
Aplicações financeiras	(7.465)	-	(7.469)	-
Contas a receber de clientes	-	-	(5.025)	(2.088)
Adiantamento a fornecedores	-	-	(708)	-
Tributos a recuperar	(885)	(260)	(978)	(316)
Estoques	-	-	(375)	(191)
Partes relacionadas	(180)	(59)	-	247
Outros ativos	1	(78)	(1.053)	(313)
Fornecedores	(3)	(5)	(1.179)	(634)
Salários e encargos sociais	-	-	189	95
Tributos a recolher e imposto de renda e contribuição	(10)	18	(2.189)	(879)
Outros passivos	(8)	-	980	33
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.545)	(3.191)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(5.856)	541	3.392	8.127
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições aos investimentos	(20.124)	(14.850)	-	-
Adições ao ativo de contrato	-	-	(23.198)	(22.134)
Adições ao ativo intangível	-	-	-	(4.023)
Adições Mais-Valia contratos de concessão	-	-	(850)	-
Adições ao imobilizado	-	-	(362)	(432)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(20.124)	(14.850)	(24.410)	(26.589)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de debêntures	-	109.000	-	109.000
Pagamentos de debêntures	-	(71.758)	-	(68.258)
Pagamentos do custo de transação	(613)	-	(613)	-
Pagamentos de arrendamentos	-	-	(852)	(1.041)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(613)	37.242	(1.471)	39.701
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(26.593)	22.933	(22.489)	21.239
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36.018	13.085	37.555	16.316
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.425	36.018	15.066	37.555
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(26.593)	22.933	(22.489)	21.239

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1) Informações gerais

A Sul Concessões e Participações S.A. ("Sul Concessões" ou "Companhia") é uma controlada integral da Norte Saneamento S.A. ("Norte Saneamento").

A Companhia foi constituída em 25 de agosto de 2021 e tem como principal objetivo deter participação societária no capital de outras sociedades no Brasil que desenvolvam atividades de investimento e gestão de recursos hídricos e ativos de saneamento.

Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia, adquiriu 50% das ações das SPEs Gaivota Saneamento SPE S.A. ("Gaivota"), Gravatal Saneamento SPE S.A. ("Gravatal"), Guabiruba Saneamento SPE S.A. ("Guabiruba") e Sombrio Saneamento SPE S.A. ("Sombrio"), ou em conjunto, "SPEs", sendo estas, detentoras de contratos de concessão de longo prazo no Estado de Santa Catarina.

Em 27 de fevereiro de 2023, a Companhia adquiriu mais 22,75% das ações e passou a ter uma participação de 72,75% do Capital, assumindo o controle das SPEs a partir desta data.

Em 31 de julho de 2023, a Companhia concluiu o processo de aquisição dessas controladas, passando a deter a partir desta data 100% das ações.

Os contratos de concessão das SPE's podem ser assim sumarizados:

Município	Data de assinatura do contrato	Estado	Cronograma de vencimento	Prazo (anos)	Prazo restante (meses)
Gaivota	22/05/2018	Santa Catarina	24/05/2053	35	328
Gravatal	15/02/2018	Santa Catarina	18/02/2048	30	265
Guabiruba	30/04/2020	Santa Catarina	30/04/2050	30	291
Sombrio	19/11/2020	Santa Catarina	18/11/2055	35	358

1.1) Marco regulatório de saneamento

Em 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei Federal nº 14.026 que atualizou o marco legal do saneamento ("Novo Marco Regulatório de Saneamento") e extinguiu, através de veto presidencial e ratificação do veto pelo Congresso, a possibilidade de contratação por dispensa de licitação através da Gestão Associada. A partir desta data, não há mais como o Município delegar tais serviços a terceiros sem a obrigatoriedade de licitação.

Em função das diretrizes estabelecidas pelo Novo Marco Regulatório do Saneamento, que determina metas de universalização de 99% de cobertura de abastecimento de água e 90% de cobertura de coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033, a Companhia vem implementando um conjunto de ações e investimentos para assegurar o atendimento das obrigações contratuais e regulatórias.

Durante o exercício, a Companhia avançou na execução de obras e na implementação de projetos estruturantes voltados à expansão da capacidade operacional e à melhoria da eficiência dos sistemas, incluindo: (i) ampliações e modernizações de Estações de Tratamento de Água e de Esgoto; (ii) reforço e substituição de redes de distribuição e coleta; (iii) implantação de novos sistemas e unidades operacionais; e (iv) investimentos em redução de perdas e melhoria da eficiência operacional.

Os investimentos realizados foram devidamente incorporados ao ativo de concessão, conforme previsto nos contratos e nas normas contábeis aplicáveis. A Administração acompanha periodicamente a evolução do plano de investimentos e reafirma que o cronograma de obras se encontra alinhado às metas de universalização exigidas para 2033.

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2) Base para preparação das informações contábeis e resumo das principais práticas contábeis

2.1) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*)).

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo emitidas após sua aprovação pela Diretoria em 31 de março de 2026.

2.2) Base para preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia e suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico onde atua (“a moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

2.4) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas.

- **Nota explicativa 6** – Contas a receber (receitas não faturadas e provisão para perdas de recebíveis)
- **Nota explicativa 10** – Imobilizado (depreciação pela vida útil)
- **Nota explicativa 11** – Intangível (amortização pela vida útil)
- **Nota explicativa 18**- Provisão para contingências (pareceres jurídicos)

2.5) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Sul Concessões S.A. e suas controladas.

As demonstrações contábeis das empresas controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial, sendo incluídas nas informações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Sul Concessões e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

Empresas controladas	Direta / indireta	Participação			
		Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2025	Data de consolidação	Consolidação no resultado em 2025
Gaivota Saneamento SPE S.A.	Direta	100%	100%	2023	12 meses
Gravatal Saneamento SPE S.A.	Direta	100%	100%	2023	12 meses
Guabiruba Saneamento SPE S.A.	Direta	100%	100%	2023	12 meses
Sombrio Saneamento SPE S.A.	Direta	100%	100%	2023	12 meses

3) Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.2) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3) Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades das controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas estimadas.

3.4) Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

3.5) Ativos financeiros e não financeiros

3.5.1) Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.5.2) Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5.3) Impairment de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas avaliam na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de perda após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e que estas perdas terão impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, tendo que ser este evento, estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, como para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.6) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil fiscal dos equipamentos.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", na demonstração do resultado.

3.7) Ativos intangíveis

(a) Sistema de água e esgoto

A Companhia e suas controladas reconhecem como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 – Contratos de Concessão do IASB.

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelas concessões, e tem a sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela concessão (nota 11).

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Capitalização de juros e encargos financeiros

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e suas controladas e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

Os custos de empréstimos atribuíveis ao ativo intangível, são capitalizados mesmo que ocorram na controladora, contudo, nesse caso específico, a capitalização é feita apenas nas demonstrações contábeis consolidadas.

(c) Mais-Valia contratos de concessão

A mais valia resulta da aquisição de controladas e representa a diferença entre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e o valor pago da contraprestação transferida na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior adquirida em relação ao valor justo. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

3.8) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional, acrescidos do ágio e diminuído do deságio.

3.9) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.10) Debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações, uma vez que seja provável que uma parte da dívida seja sacada.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos doze meses após a data do balanço.

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos de debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo intangível quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como custo no período que são incorridos.

Os custos de debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados mesmo que ocorram no âmbito da Companhia ou em controladas que não sejam operacionais (caso da Sul Concessões), relativamente a investimentos realizados pelas controladas, no entanto, neste caso específico, esta capitalização específica é reconhecida apenas nas demonstrações contábeis consolidadas.

3.11) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3.12) Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia e suas controladas estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia e suas controladas, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- **Perda provável:** são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil;

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Perda possível:** são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável; e
- **Perda remota:** são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

3.13) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades das controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável a geração de benefícios econômicos futuros e quando as obrigações de desempenho foram cumpridas, atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviços de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas pelo valor justo a receber.

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato, determinado com base nos correspondentes custos de envolvimento na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12 / ICPC 01 (R1) e OCPC 05).

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico IFRIC 12 do IASB e ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Concessão, e não considera margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos em formação.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.14) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.15) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando uma base de presunção de 32% da Receita Bruta recebida (Lucro Presumido).

3.16) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

A Companhia apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com as normas do CPC e IFRS. Por esse motivo, algumas das normas abaixo descritas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação dessas demonstrações, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC.

- **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- **IFRS 18** - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; e

- **Alterações na IFRS 19** - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis e não espera que tenha impacto materiais sobre as suas demonstrações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos conta movimento	7	4	213	185
Aplicações de liquidez imediata	9.418	36.014	14.853	37.370
	9.425	36.018	15.066	37.555
Ativo circulante	9.425	36.018	15.066	37.555

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras são baseadas em títulos de renda fixa com remuneração vinculada ao CDI e possuem liquidez e rendimentos diários.

5) Aplicações financeiras

Instituição	Natureza	Indexador	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Sicoob	CDB	100% CDI	255	78	267	89
Daycoval	CDB	100% CDI	7.288	-	7.288	-
Outros			-	-	9	6
			7.543	78	7.564	95
Ativo não circulante			7.543	78	7.564	95

Os recursos aplicados no Banco Daycoval correspondem a saldos de contas reserva vinculadas às debentures emitidas pela Companhia, sendo instrumentos de liquidez cedidos fiduciariamente no âmbito da referida operação financeira.

6) Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2025	2024
Serviço de água e esgotos	10.667	7.069
Serviços incorridos e não faturados	1.877	1.555
Parcela a receber sobre taxa de lixo	2.949	1.733
(-) Arrecadação a liberar	(88)	24
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(1.189)	(1.810)
	14.216	8.571
Ativo circulante	14.216	8.571

(a) Provisão para perdas estimadas com créditos:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	(1.810)	(991)
Reversão	1.753	115
Provisão	(1.132)	(934)
Saldo final	(1.189)	(1.810)

A Companhia revisou, ao longo do exercício, a metodologia para mensuração das perdas esperadas de crédito relativas às contas a receber de clientes, em conformidade com os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Anteriormente, a provisão era apurada com base na identificação de títulos vencidos e em atraso. A partir deste exercício, a Companhia passou a adotar matriz de provisão construída com base na análise do histórico de inadimplência segmentado por faixas de vencimento (*aging list*), refletindo de forma mais adequada as perdas esperadas, com base no padrão de recebimento da Companhia. A matriz utilizada foi elaborada com base no histórico retrospectivo observável das carteiras e nas perdas identificadas.

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração entende que a adoção dessa metodologia reflete melhor o risco de crédito da Companhia e assegura maior consistência e tempestividade no reconhecimento de perdas, em linha com as melhores práticas contábeis vigentes.

(b) Análise de vencimentos do contas a receber:

	Consolidado	
	2025	2024
Faturas a vencer	4.097	2.403
Vencidas		
Até 30 dias	937	709
De 31 a 60 dias	477	295
De 61 a 90 dias	330	217
De 91 a 180 dias	877	514
De 181 a 360 dias	1.108	870
Acima de 361 dias	2.841	2.061
	10.667	7.069

7) Investimentos

	% de Participação		Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Controladas diretas						
Gravatal	100%	100%	13.261	8.013	1.930	666
Gaivota	100%	100%	23.866	16.770	4.869	2.574
Sombrio	100%	100%	17.425	11.012	5.507	2.103
Guabiruba	100%	100%	24.008	11.484	3.441	1.778
			78.560	47.279	15.747	7.121

(a) Movimentação dos investimentos:

Controladas diretas	Saldo inicial	Adições	Dividendos a receber	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final
Gravatal	8.013	3.776	(458)	1.930	13.261
Gaivota	16.770	3.384	(1.157)	4.869	23.866
Sombrio	11.012	2.214	(1.308)	5.507	17.425
Guabiruba	11.484	9.900	(817)	3.441	24.008
Total de investimentos	47.279	19.274	(3.740)	15.747	78.560
Mais-Valia (i)	98.575	850	-	(3.565)	95.860
Saldo em 31 de dezembro de 2025	145.854	20.124	(3.740)	12.182	174.420
Saldo em 31 de dezembro de 2024	127.419	14.850	-	3.585	145.854

(i) corresponde ao valor atribuído à mais valia dos contratos de concessão, apurada na aquisição de controle das controladas Gaivota, Gravatal, Guabiruba e Sombrio. A métrica de mais valia foi apurada através de laudo de avaliação que determina o valor justo das participações adquiridas, sendo esse valor amortizado de acordo com o prazo médio das concessões (30 anos).

Em 2025, a Companhia integralizou os saldos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFACs), no montante total de R\$ 19.274, como capital social. Os valores foram utilizados para realização de investimentos na construção ou melhoria da infraestrutura, conforme cronograma de investimentos das concessões.

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8) Ativos de direito de uso e arrendamento mercantil

(a) Ativos de direito de uso

	Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Veículos	Veículos pesados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.374	188	26	123	1.711
Adições	78	29	352	119	578
Amortização	(573)	(120)	(211)	(103)	(1.007)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	879	97	167	139	1.282
(-) Baixas	6	-	-	-	6
Amortização	(311)	(75)	(167)	(139)	(692)
Saldo em 31 de dezembro 2025	574	22	-	-	596

(b) Arrendamento mercantil

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	1.173	1.512
Adições	-	578
(-) Baixas	10	-
Apropriação de juros	121	126
Amortização de principal e juros	(852)	(1.043)
Saldo em 31 de dezembro	452	1.173
Passivo circulante	387	683
Passivo não circulante	65	490

As classes de ativos nos quais as Controladas possuem arrendamentos são: equipamentos pesados, veículos pesados, veículos leves e imóveis.

Vencimento dos arrendamentos a pagar no passivo não circulante:

Vencimento	2025
2026	55
2027	10
Passivo não circulante	65

9) Ativos de contrato

	Saldo inicial	Adições	Transferência de/para intangível	Saldo final
Obras em andamento:				
Sistema de abastecimento de água e esgoto	42.792	23.198	(38.645)	27.345
Saldos em 31 de dezembro de 2025	42.792	23.198	(38.645)	27.345

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10) Imobilizado

	Edificações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Veículos	Bens de terceiros em comodato	Consórcio de bens móveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	3	49	276	117	2	18	107	572
Adições	-	57	333	17	4	-	37	448
Baixas	-	-	-	(11)	-	-	(5)	(16)
Depreciação	-	(10)	(81)	(31)	-	-	-	(122)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3	96	528	92	6	18	139	882
Adições	-	50	46	60	173	-	33	362
Reclassificação para intangível	-	122	(152)	5	-	-	-	(25)
Depreciação	-	(14)	(84)	(40)	(29)	-	-	(167)
Saldo em 31 de dezembro 2025	3	254	338	117	150	18	172	1.052
Taxa média de depreciação % a.a.	4%	7%	10%	20%	20%	-	-	-

11) Intangível

	Consolidado			Total
	Mais-Valia aquisição investimento (a)	Investimentos concessões (b)	Capitação de juros (c)	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	102.111	28.349	1.050	131.510
Adições	-	432	3.560	3.992
Amortização	(3.536)	(1.471)	-	(5.007)
Transferências	-	(20.627)	-	(20.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	98.575	6.683	4.610	109.868
Adições	850	-	-	850
Amortização	(3.565)	(1.721)	-	(5.286)
Reclassificação do imobilizado	-	25	-	25
Capitalização de juros no consolidado	-	-	5.546	5.546
Transferências de ativos de contrato	-	38.645	-	38.645
Saldo em 31 de dezembro de 2025	95.860	43.632	10.156	149.648

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Mais-Valia

O intangível na Controladora, corresponde a mais valia dos contratos de concessão das SPEs. A métrica de mais valia foi apurada através de laudo de avaliação que determina o valor justo das participações adquiridas, e está sendo amortizada de acordo com o prazo médio das concessões (30 anos).

(b) Investimentos concessões

O saldo do Intangível das controladas, refere-se aos gastos utilizados em ativos necessários à conclusão dos sistemas de abastecimento de água e esgoto e demais investimentos, previstos no contrato de concessão.

A amortização da infraestrutura de água e esgoto nas controladas é realizada pelo prazo do contrato de concessão ou vida útil, dos dois o menor.

(c) Capitalização de juros

Os custos de empréstimos, tanto gerais quanto específicos, que estejam diretamente relacionados à aquisição ou construção de um ativo intangível qualificável — ou seja, um ativo que exige um período substancial para estar pronto para uso — devem ser capitalizados como parte do custo do ativo, desde que seja provável a geração de benefícios econômicos futuros e que esses custos possam ser mensurados de forma confiável.

Quando tais custos forem incorridos pela controladora, mas vinculados a um ativo intangível de controlada, a capitalização ocorre apenas nas demonstrações contábeis consolidadas. Em 2025, foi capitalizado o montante de R\$ 5.546 (2024 – R\$ 3.560).

12) Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo não circulante				
Norte Saneamento S.A. (i)	668	668	668	668
Centro Sul Concessões	3	3	3	3
Guabiruba	150	150	-	-
Gaivota	330	150	-	-
	1.151	971	671	671
Passivo não circulante				
São Gabriel Saneamento S.A. (ii)	243	243	243	243
	243	243	243	243

(i) O ativo com a controladora Norte Saneamento, é referente a gastos incorridos com estudos de mercado e apoio operacional em benefício da Companhia.

(ii) O passivo com São Gabriel, empresa integrante do grupo econômico da Norte Saneamento, corresponde ao apoio operacional fornecido pela estrutura da controlada em estudos de mercado.

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13) Fornecedores

	Consolidado	
	2025	2024
Serviços	1.477	2.304
Energia Elétrica	40	62
Materiais	463	722
Outros	126	197
	2.106	3.285

A Companhia e suas controladas mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, que prestam serviços e fornecem materiais para a operação de fornecimento de água e esgotamento sanitário, com prazo médio de pagamento de cerca de 30 dias.

14) Debêntures

Emissão	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
Debêntures 3ª Emissão	IPCA + 9,5%	2042	129.601	113.338	129.601	113.338
			129.601	113.338	129.601	113.338
	total de custo de transação		(2.686)	(2.199)	(2.686)	(2.199)
	Total da dívida		126.915	111.139	126.915	111.139
	Passivo circulante		21.309	-	21.309	-
	Passivo não circulante		105.606	111.139	105.606	111.139

Em 2024, a Companhia concretizou a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie em garantia real (cessão fiduciária de direitos creditórios, abrangendo, principalmente, receitas decorrentes dos contratos de concessão e outros direitos creditórios da Companhia e das SPEs de suas controladas, assim como alienação fiduciária sobre a totalidade das ações de emissão da Companhia e das SPEs) e garantia fidejussória adicional das SPEs, em série única, no valor total de R\$ 109.000 com vencimento em 15 de setembro de 2042.

Os recursos captados por meio dessa emissão de debêntures foram utilizados para (i) pagamento de despesas da emissão e oferta, e (ii) realização de investimentos na infraestrutura de saneamento nas modalidades de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos municípios de Guabiruba, Gravatal, Gaivotá e Sombrio.

Abaixo a movimentação das debêntures:

Emissão	Saldo inicial	Captações	Pagamentos	Juros incorridos	Amortização de custo de transação	Consolidado
						Saldo final
Debêntures	113.338	-	-	16.263		129.601
(-) Custo de transação	(2.199)	-	(613)	-	126	(2.686)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	111.139	-	(613)	16.263	126	126.915
Saldo em 31 de dezembro de 2024	58.875	109.000	(69.929)	14.366	(1.173)	111.139

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cláusulas restritivas (covenants)

As debêntures emitidas pela Companhia estão sujeitas ao cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), que visam assegurar aos debenturistas a manutenção de determinados níveis de desempenho operacional e estrutura de capital ao longo da vigência da dívida.

Nos termos da escritura de emissão, a Companhia e suas controladas obrigam-se ao cumprimento de determinados índices financeiros, bem como à manutenção das garantias contratadas, destacando-se os seguintes indicadores: (i) Dívida Líquida/EBITDA; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Os referidos índices financeiros são apurados com base nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia ao término de cada exercício social.

O índice Dívida Líquida/EBITDA deve observar os seguintes limites máximos: (i) até 6,0x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 a 2026; (ii) até 5,5x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2027 e 2028; (iii) até 5,0x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2029 a 2031; (iv) até 4,5x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2032 e 2033; (v) até 4,0x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2034 e 2035; e (vi) até 3,5x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2036 a 2041.

O ICSD será apurado a partir do exercício de 2027, com base nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2026, devendo ser mantido em patamar mínimo de 1,30x.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com todos os covenants financeiros previstos na escritura de emissão das debêntures.

15) Salários e encargos sociais

	Consolidado	
	2025	2024
Provisões de férias	665	566
Provisões de encargos	235	200
Encargos a recolher	500	370
Salários e remunerações a pagar	416	520
Outros	29	-
	1.845	1.656

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16) Tributos a recolher

	Consolidado	
	2025	2024
Tributos correntes		
Parcelamento de tributos federais (i)	3.075	5.303
IRPJ	778	615
CSLL	396	230
PIS	54	33
COFINS	239	95
Retenções de terceiros	102	58
ISS	3	6
	4.647	6.340
Tributos diferidos		
IRPJ - Diferido (ii)	977	890
CSLL - Diferido (ii)	387	320
PIS - Diferido	73	56
COFINS - Diferido	271	259
	1.708	1.525
	6.355	7.865
Passivo circulante	3.333	3.898
Passivo não circulante	3.022	3.967

- (i) Refere-se aos parcelamentos junto à Secretaria da Receita Federal. O montante devido desses tributos foi parcelado em 60 prestações mensais, sendo o principal corrigido pela variação da taxa Selic, acrescido de multa diária de 0,33% limitada a 20%, e seu vencimento final será em maio de 2028.
- (ii) Nas SPE's, a apuração dos tributos sobre o lucro ocorre pelo regime de lucro presumido com base no regime de caixa, de modo que os impostos são recolhidos apenas sobre os valores efetivamente recebidos. Entretanto, para fins de reconhecimento contábil do resultado, os tributos são apurados pelo regime de competência, considerando as receitas no período em que são geradas. Dessa forma, a diferença entre o valor dos tributos calculados pelo regime de competência e o montante efetivamente recolhido pelo regime de caixa é registrada como passivo fiscal diferido, refletindo a obrigação tributária que será liquidada em períodos futuros.

17) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo diferido				
IRPJ/CSLL diferido - ganho compra vantajosa	24.293	24.293	24.293	24.293
	24.293	24.293	24.293	24.293
Passivo não circulante	24.293	24.293	24.293	24.293

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os tributos diferidos no passivo não circulante, são referentes ao imposto de renda e contribuição social apurados com base nos ganhos reconhecidos na compra vantajosa das SPEs.

18) Provisão para contingências

	Consolidado	
	2025	2024
Ações cíveis/ trabalhistas	74	74
	74	74

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil, trabalhistas e ambiental, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia e suas controladas são rés e para as quais a classificação de perda é mais provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência.

(a) Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia e suas controladas são parte integrante em algumas ações judiciais referentes as questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos em 31 de dezembro de 2025, representa aproximadamente R\$ 175 (2024 - R\$ 179).

	Consolidado	
	2025	2024
Gaivota	50	34
Gravatal	50	-
Guabiruba	28	85
Sombrio	47	60
	175	179

19) Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 7.001 totalmente subscrito e integralizado, representado por 7.000.500 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

	Quantidade de ações	
Acionista	Participação % de ações	Ações ordinárias ("ON")
Norte Saneamento S.A.	100%	7.000.500
		7.000.500

b) Reserva legal

A Reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2025 nos termos do artigo 193 da Lei nº 6404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva retenção de lucros

A Reserva de lucros é composta pelos lucros acumulados auferidos pela Companhia, nos termos do artigo 182 da Lei nº 6404/76.

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Conciliação entre o patrimônio líquido da controladora e consolidado

	Nota	2025	2024
Patrimônio líquido da controladora		46.011	47.532
(+) Capitalização de juros das SPEs	3.7 (b)	10.156	4.610
Patrimônio líquido consolidado		56.167	52.142

20) Receita líquida de serviços

	Consolidado	
	2025	2024
Serviços de abastecimento de água	34.619	29.201
Serviços de esgotamento sanitário	4.645	4.115
Serviços diversos	1.264	-
Direito a faturar	322	72
Deduções sobre a receita bruta	(1.486)	(1.273)
	39.364	32.115

O incremento na receita corresponde aos investimentos de ampliação de rede e infraestrutura, que possibilitaram o aumento no número de ligações, oferecendo aos usuários maior disponibilidade de abastecimento e cobertura, impulsionando a receita de serviços das SPEs.

21) Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2025	2024
Depreciação e amortização	(2.579)	(2.602)
Serviços de terceiros	(2.185)	(1.777)
Despesas com pessoal	(4.973)	(4.512)
Energia elétrica	(1.296)	(1.344)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(2.399)	(1.925)
Outros custos	(68)	(466)
	(13.500)	(12.626)

22) Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de terceiros	(619)	-	(3.596)	(4.100)
Despesas com pessoal	-	-	(873)	(1.011)
Amortização sobre Mais-Valia	-	-	(3.565)	(3.536)
Provisão (reversão) para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	-	-	620	(819)
Outras despesas administrativas	(47)	(815)	(1.425)	(1.154)
	(666)	(815)	(8.839)	(10.620)

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23) Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	3.593	1.850	4.076	2.391
Outras receitas financeiras	6	-	180	-
	3.599	1.850	4.256	2.391
Despesas financeiras				
Juros/encargos sobre debêntures	(16.270)	(14.366)	(10.725)	(10.806)
Juros/encargos sobre arrendamento	-	-	(121)	(122)
Amortização de custo de transação	(126)	(656)	(126)	(656)
Encargos sobre tributos e parcelamento	(5)	-	(62)	(2.150)
Comissões e despesas bancárias	(72)	(110)	(1.111)	(952)
Outras despesas financeiras	(2)	-	(735)	-
	(16.475)	(15.132)	(12.880)	(14.686)
Resultado financeiro, líquido	(12.876)	(13.282)	(8.624)	(12.295)

24) Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2025	2024
Corrente		
IRPJ sobre lucro	(2.952)	(1.434)
CSLL sobre lucro	(1.073)	(538)
	(4.025)	(1.972)
Diferido		
IRPJ diferido	(193)	(1.255)
CSLL diferido	(6)	(486)
	(199)	(1.741)
Resultado do imposto de renda e da contribuição social	(4.224)	(3.713)

O saldo consolidado considera, o imposto de renda e contribuição social apurados nas SPEs com base no lucro presumido.

25) Gerenciamento de riscos financeiros

25.1) Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações.

a) Risco de negócio

O negócio da Companhia refere-se basicamente a participação acionária em sociedades que tem como objetivo social captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários nos municípios com os quais possui contrato de concessão. Os resultados das suas controladas dependem da manutenção das concessões nos locais em que opera, sendo que os respectivos contratos de concessão possuem prazo de validade

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

definido, variando entre 30 e 35 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá, em casos de descumprimentos relevantes, rescindir os contratos de concessão antes do seu término, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é definido em contrato.

b) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, minimizados pela não existência de concentração relevante da sua carteira de clientes e da manutenção dos depósitos bancários em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos investimentos e dos instrumentos financeiros representam a exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis, conforme descrito abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	9.425	36.018	15.066	37.555
Aplicações financeiras	7.543	78	7.564	95
Contas a receber de clientes	-	-	14.216	8.571
	16.968	36.096	36.846	46.221

c) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas às debêntures.

A exposição ao risco de taxa de juros está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	9.425	36.018	15.066	37.555
Aplicações financeiras	7.543	78	7.564	95
	16.968	36.096	22.630	37.650
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	3	2.106	3.285
Debêntures	126.915	111.139	126.915	111.139
	126.915	111.142	129.021	114.424

d) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não possui instrumentos financeiros com risco cambial.

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Risco de liquidez

Esse risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, caso necessário, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos (incluindo aporte dos sócios) de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	-	3	2.106	3.285
Debêntures	126.915	111.139	126.915	111.139
	126.915	111.142	129.021	114.424

25.2) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado.

A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	9.425	36.018	15.066	37.555
Aplicações financeiras	7.543	78	7.564	95
Contas a receber de clientes	-	-	14.216	8.571
	16.968	36.096	36.846	46.221
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	3	2.106	3.285
Debêntures	126.915	111.139	126.915	111.139
	126.915	111.142	129.021	114.424

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26) Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2024, as SPE's possuem seguros contratados, os quais não foram objeto de escopo da auditoria, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

Seguradora	Tipo de cobertura	Valor segurado	
		2025	2024
Aupol Bank	Garantias	935	6.103
Junto Seguros	Garantias	14.688	-
Tokio Marine Seguradora	Garantias	6.134	-
Ezze Seguros	Riscos de engenharia	5.000	22.400
BMG Seguros	Riscos de engenharia	16.900	-
Chubb Seguros Brasil	Responsabilidade civil geral	12.000	-
Chubb Seguros Brasil	Nomeado e operacional	112.000	-
Suhai Seguradora S/A	Seguro automóvel	450	-
AIG Seguros Brasil S.A.	Responsabilidade civil	-	5.000
Ezze Seguros	Responsabilidade civil	-	1.500
Axa Empresa Flex	Patrimônial	-	2.046
		168.107	37.049

27) Reforma tributária

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em dezembro de 2023, instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, estruturando um novo modelo de tributação aplicável a bens e serviços. Em 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214 (LC nº 214/2025), que regulamentou a substituição dos tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), caracterizando o chamado IVA Dual, além de detalhar a aplicação do Imposto Seletivo.

No setor de saneamento, as alterações introduzidas pela Reforma Tributária possuem relevância significativa, uma vez que modificam a estrutura de incidência tributária sobre a receita operacional das concessionárias. Embora tenha havido discussões legislativas acerca da possibilidade de inclusão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário entre os setores beneficiados com redução de 60% da alíquota padrão dos novos tributos, tal redução não foi mantida na versão final aprovada pela Câmara dos Deputados. Conseqüentemente, o setor permanece sujeito aos percentuais integrais previstos na regulamentação vigente, o que indica que o novo modelo tributário pode resultar em aumento da carga nominal incidente sobre as receitas tarifárias, dada a substituição das alíquotas atualmente aplicáveis por alíquotas combinadas projetadas do IBS e CBS.

Por outro lado, o novo regime introduzido pela LC nº 214/2025 contempla ampliação relevante da base de tomada de créditos, permitindo a compensação de um conjunto mais amplo de insumos, bens e serviços utilizados na prestação dos serviços públicos. Essa ampliação poderá mitigar, total ou parcialmente, os efeitos do aumento nominal das alíquotas, motivo pelo qual a Companhia vem analisando de forma detalhada os impactos líquidos decorrentes da transição tributária.

Além disso, vale destacar que a legislação brasileira assegura o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos quando alterações tributárias impactam seus custos, tema reafirmado pela Lei nº 14.133/2021 e pela LC nº 214/2025. Esta última dedicou capítulo específico aos efeitos da Reforma Tributária, prevendo expressamente, em seus artigos 373 a 377, a possibilidade de revisão ou recomposição de encargos — inclusive de forma prévia — para contratos em vigor, sobretudo aqueles firmados antes da Lei

Sul Concessões e Participações S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Complementar, reconhecendo que mudanças na carga tributária podem configurar alteração de ordem econômica. O procedimento de pleito é prioritário e admite diversos mecanismos de reequilíbrio, como ajustes tarifários, revisão de valores, renegociação de prazos ou compensações financeiras.

Nesse cenário, a Companhia está avaliando os potenciais efeitos da Reforma Tributária sobre seus custos, estrutura tarifária, contratos de concessão e modelo econômico-financeiro. Essas análises envolvem, entre outros aspectos:

- a revisão da carga tributária aplicável às receitas de prestação de serviços;
- a potencial necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, considerando o impacto tarifário associado;
- a modelagem e o aproveitamento de créditos tributários no novo regime; e
- possíveis repercussões sobre investimentos destinados à universalização dos serviços.

A Administração continuará monitorando a evolução regulatória, fiscal e setorial, bem como os desdobramentos decorrentes da implementação da Reforma Tributária, divulgando informações adicionais nas demonstrações financeiras, quando aplicável.

Majoração do Lucro Presumido

Adicionalmente, a LC nº 224/2025, ao instituir diretrizes para a redução de benefícios e incentivos tributários federais, promoveu alteração relevante no regime do Lucro Presumido, ao estabelecer o acréscimo de 10% sobre os percentuais de presunção aplicáveis à apuração do IRPJ e da CSLL. Referida majoração aplica-se à parcela da receita bruta anual que exceder o limite de R\$ 5 milhões, passando, no caso da prestação de serviços, o percentual de presunção de 32% para 35,2% sobre o excedente.

Tal alteração resultará em elevação da base de cálculo e, conseqüentemente, da carga tributária efetiva incidente sobre o resultado das SPEs. Diante desse contexto, e amparada por seus assessores jurídicos e tributários, em março de 2026, a Administração ingressou com medida judicial questionando a legalidade e a constitucionalidade da majoração introduzida, por entender que a norma implica aumento indireto da tributação e desvirtua a natureza do regime do Lucro Presumido.

A Companhia, juntamente com as SPEs, acompanhará a evolução da demanda judicial e avaliará eventuais impactos contábeis e financeiros, promovendo as divulgações cabíveis nas demonstrações financeiras, conforme a materialidade e o estágio processual.

* * * * *